

PORTUGAL E A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA

Fernando Alberto Gouveia

Ensina-nos a História que as Nações têm de fazer opções estratégicas que determinam o seu futuro em momentos precisos da sua evolução. Estas opções só *a posteriori*, isto é, após o transcurso dos seus efeitos, podem ser avaliadas em toda a sua dimensão. Uma vez o que pareceu estratégico ter-se-á revelado efêmero e, pelo contrário, opções de credibilidade duvidosa à partida acabam por tornar-se determinantes pela intensidade dos seus efeitos ou pela adesão coletiva dos povos.

Consolidada a Nação Portuguesa aproximadamente no território delimitado pelas suas atuais fronteiras no século XIII, e após alguns períodos de relações mais ou menos atribuladas com os povos vizinhos pela superioridade na Península, adota-se a partir do século XV uma opção de expansão marítima, que nos viria a dar uma dimensão pluricontinental mantida até aos nossos dias.

É difícil concluir se a expansão de Portugal foi uma opção política deliberada, de natureza estratégica, que traduzisse uma vocação ínsita na alma portuguesa, ou apenas a consequência de condições internas que se sucederam ao longo de mais de cinco séculos e impulsionaram amplas camadas da sua população a procurar em África, na Ásia ou na América melhores condições de vida ou oportunidades de negócios. Mas se as causas são mais do domínio da especulação sociológica, o fato é que Portugal teve uma intervenção assinalável na evolução histórica nos últimos cinco séculos e a sua ação, estratégica ou meramente circunstancial, se fez sentir em todos os continentes e em todos os mares.

Nestes cinco séculos é impossível analisar a nação portuguesa, seja do ponto de vista político, econômico, social ou cultural, sem considerar a sua dimensão pluricontinental, já que foi decisivamente conformada pelas relações com os povos e territórios que estiveram sob a sua soberania. A sua evolução foi em grande parte determinada pelas relações estabelecidas, numa primeira fase, com os povos africanos e, em seguida, com a Ásia e o Brasil. A partir da independência brasileira no século passado, voltou-se predominantemente para a exploração das colônias de África.

O fim do sonho imperial imposto pelos ventos da autonomia dos povos africanos chega à entrada do último quartel do nosso século, sem glória nem riqueza, e após catorze anos de guerras condenadas por toda a comunidade internacional. Por esta altura Portugal era um país em vias de desenvolvimento, com um produto interno bruto comparável aos melhores da América Latina e a alguns do Médio Oriente, mas muito longe dos índices de qualquer dos países da Europa Ocidental. Basta dizer que a estrutura da economia portuguesa apresentava ainda um peso excessivo de população na agricultura (cerca de 30 por cento, o triplo da média europeia), e que algumas áreas de serviços eram incipientes.

Causa ou efeito do fim do império, a queda do regime autoritário em 25 de abril e 1974 abre uma era de liberdade política e intelectual em que naturalmente se discutem opções alternativas. A intensa confrontação ideológica e social dos anos 70 não terá permitido a análise serena das alternativas que então se colocavam a Portugal. Nessa época o mundo estava ainda dividido em blocos e procurava-se a integração econômica do chamado Terceiro Mundo através duma Nova Ordem Econômica Internacional. No plano das discussões públicas inflamadas que estavam então em voga não faltaram as apologias de cada um dos grandes blocos (o campo socialista contra a tradicional corrente atlantista) nem mesmo a defesa da independência nacional pelo desenvolvimento das relações com o Terceiro Mundo.

Mas as organizações políticas entretanto formadas desde bem cedo distribuíram entre si, de forma curiosamente duradoura, os apoios da população, e aquelas que obtiveram as maiores adesões nas urnas (e não necessariamente nas ruas) propugnavam a integração na Europa comunitária como a opção natural, gorada a alternativa ultramarina.

Se esta opção era sinceramente perfilhada pela maioria da população é discutível. O tradicional isolamento do povo e a sua atitude desconfiada e chauvinista levariam antes a desconfiar da Europa desenvolvida e dos novos *estrangeirados* (políticos que viveram no exílio e que mantinham relações e solidariedade com alguns governos na Europa). Para uma minoria muito politizada e caldeada nas longas lutas da oposição, quando não mesmo na clandestinidade e nas prisões, a Europa representava o capitalismo e estava a acabar com a classe operária e com os pequenos camponeses, classes teoricamente aliadas na construção do socialismo. Finalmente, para certas classes tradicionalmente protegidas pelo anterior regime, a integração na Europa significava terem de concorrer com estrangeiros muito mais evoluídos, perder mercados e privilégios, além de terem de enfrentar relações de trabalho mais liberais e conflituais, sindicatos livres, greves e métodos de gestão mais responsáveis. Mas é necessário acrescentar que para muita gente a Europa representava já então uma espécie de sonho de riqueza, alimentado em parte pelo efeito de ostentação duma corrente de emigrantes que anualmente vinha à terra gastar as economias arduamente amealhadas. E, por outro lado, uma certa integração econômica verificava-se já por força da participação na EFTA.

O certo é que a maioria política chegada ao poder pelo voto bem depressa iniciou as negociações para adesão às Comunidades e, quando, alguns anos

mais tarde (as negociações, entre contatos meramente políticos e negociações formais terão durado cerca de dez anos) o Tratado de Adesão foi submetido à ratificação, do Parlamento, obteve uma confortável maioria de aprovações. A adesão consumou-se no início de 1986 e a integração produziu uma parte importante dos seus efeitos na ordem interna. Passaram já todos (ou quase todos) os períodos de adaptação, os fundos estruturais têm representado uma grande fatia do total do investimento no País e a interpenetração com os outros Estados trouxe um melhor conhecimento da realidade europeia.

Qual é hoje esta realidade? Como vamos ver, é bem diferente da de há apenas três ou mesmo duas décadas. Iniciada nos anos cinquenta com a assinatura do Tratado de Paris, pelo qual foi criada, em 18 de abril de 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a integração concretizou-se num primeiro passo apenas nas indústrias essenciais da guerra. Isto obedecia à estratégia dos mentores do Tratado, que tiveram como preocupação primeira evitar novas guerras na Europa, entendendo que a melhor forma de o fazer era colocar estas indústrias sob uma autoridade comum. Mas a sua ambição era bem maior e a breve trecho os Estados-Membros da CECA decidiram, através dos Tratados de Roma, de 25 de março de 1957, criar uma comunidade especializada no domínio da energia atômica, a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e uma comunidade que tendencialmente englobaria todos os outros setores económicos, a Comunidade Económica Europeia (CEE).

Os Estados contratantes eram, por assim dizer, o núcleo duro da Europa Continental: França, Alemanha, Itália e países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). Um dos protagonistas principais da última grande guerra, o Reino Unido, ficava de fora, preso à sua tradicional vocação marítima e solidariedade transatlântica.

As comunidades evoluíram rapidamente no plano económico e organizacional: a sua organização interna passou a assentar em órgãos comuns (inicialmente cada comunidade tinha os seus próprios órgãos), desempenhando a Comissão um importantíssimo papel de dinamização das suas políticas, graças ao seu poder de iniciativa no processo legislativo. A Comissão tem exercido a função de gestão das comunidades como um verdadeiro executivo, cabendo ao Conselho de Ministros essencialmente a competência para adotar a legislação comunitária. Mas nesta matéria, como noutras, também o Parlamento Europeu, composto por deputados eleitos por sufrágio universal, tem vindo a aumentar progressivamente as suas competências, participando em muitas áreas da política legislativa ou tendo até, como em matéria orçamental, poder de co-decisão.

Para além das áreas específicas da CECA e do EURATOM, a Comunidade Económica Europeia, que assentava numa união aduaneira, desenvolveu uma política agrícola comum baseada em organizações setoriais para cada um dos diferentes produtos agrícolas (as organizações comuns de mercado) e estabeleceu regras comuns em matéria de política económica, política social, política comercial, relações económicas externas e, mais tarde, política monetária. Um dos aspectos fundamentais de todas estas políticas é que as mesmas assentam nas chamadas três liberdades garantidas pelo Tratado: a liberdade de circulação de mercadorias e serviços, de capitais e de pessoas.

O sucesso alcançado pelas comunidades em breve irradiou para fora das fronteiras dos Estados fundadores, exercendo um poder de atração sobre outros Estados que sucessivamente foram acolhidos como membros: Reino Unido, Irlanda e Dinamarca em 1973, Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986, e já em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia. A Comunidade consolidou-se como uma entidade autônoma, diferente da simples justaposição dos Estados que a compõem e diferente, por consequência, da generalidade das organizações internacionais instituídas por tratados. Muitas das decisões do Conselho são tomadas por maioria de votos, tendo os Estados um número de votos diferente consoante a sua dimensão.

A Europa Comunitária tornou-se o primeiro bloco econômico mundial e um ator de primeiro plano na política econômica global. A sua influência externa manifesta-se não apenas no volume das suas trocas externas mais ainda na sua decisiva intervenção na cooperação com os países em desenvolvimento, através dos acordos celebrados com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) — acordo de Yaoundé primeiro e, posteriormente, de Lomé, conhecendo já este último a sua quarta geração.

A sua produção de bens e serviços tornou-se excedentária em praticamente todos os setores da economia, sendo bem conhecidos os problemas ligados aos excedentes agrícolas; este fato incita naturalmente à conquista de mercados de exportação, tendo levado a uma estratégia de globalização que, após as árduas conversações do chamado “Uruguai Round”, se concretizou na instituição da Organização Mundial do Comércio, sucessora do GATT.

Outra via de cooperação externa são os acordos de associação, que ultrapassam o domínio da simples cooperação e implicam adaptações de regras de comércio ou coordenação de certas políticas.

Mas o próprio avanço econômico e os sucessivos alargamentos vieram mostrar as fraquezas intrínsecas da Comunidade no campo político, social, cultural ou da defesa. A partir da consolidação do mercado único era claro que novos passos eram necessários para aprofundar a Comunidade e receber novos alargamentos, já que, após a decomposição do bloco socialista, de todos os países da Europa Central e Oriental chegam os pedidos ou, pelo menos, as declarações de intenção de adesão. Para muitos parece hoje clara a vocação da Comunidade como uma união de toda a Europa até à Rússia, mas o seu conteúdo é objeto de muitas controvérsias e de visões totalmente diferentes. De todas as formulações mais ou menos engenhosas avançadas, têm surgido expressões como *Europe à la carte*, *Europe à plusieurs vitesses*, *Europe à cercles concentriques*, e têm-se discutido as alternativas “alargamento *versus* aprofundamento” como se fossem objetivos antagônicos.

Entretanto a liberalização da economia mundial, a busca da competitividade a qualquer preço, a privatização de largos setores públicos da economia e a revolução tecnológica trouxeram um drama social que se agrava constantemente: o desemprego. Largas camadas da população europeia, oriundas das indústrias reconvertidas ou encerradas e da agricultura, a que crescem vagas sucessivas de emigrantes que tentam fugir à miséria nos seus países de origem, procuram desesperadamente empregos que não existem, criando situações

dramáticas de miséria, criminalidade e marginalização de toda a ordem, sobretudo nos grandes aglomerados urbanos. Estas situações são apresentadas por certos políticos demagogos ou nacionalistas como consequência da integração europeia e as suas teorias têm tido algum eco na opinião pública. As consultas através de referendo até agora realizadas têm mostrado uma certa desconfiança na Europa, mas, até agora, só na Noruega o povo votou contra a integração. As soluções preconizadas para estes problemas não são unívocas, preferindo uns encerrar-se num nacionalismo isolacionista e outros defendendo convictamente uma solução comunitária. As próprias formas diferentes de encarar a organização social e económica dificultam o consenso. Há na Europa Estados tradicionalmente mais liberais e outros em que está profundamente instalado o Estado-providência. E isto tem impedido o avanço da Europa Social, de tal forma que, quando no Tratado de Maastricht, em vigor desde fins de 1992, se introduziram normas destinadas a avançar com a carta social europeia, prevendo-se a possibilidade de estabelecer condições sociais mínimas obrigatórias, o Reino Unido negociou uma cláusula designada de “*opting-out*”, excluindo-se de qualquer compromisso nessa matéria.

Também noutros domínios, como a política externa, a defesa, a segurança e os assuntos internos e a moeda única as perspectivas são diferentes. Enquanto uns preferem manter solidariedades antigas e conservar o máximo de soberania própria, outros entendem que estes domínios são fundamentais para uma autêntica autonomia da Europa e estão dispostos a “comunitarizar” partes da sua soberania em proveito duma entidade política mais forte, mais capaz de assegurar a defesa da Europa e, por conseguinte, menos dependente de terceiros.

A resistência dos primeiros, que, neste aspecto, têm funcionado como um travão, tem levado ao surgimento de iniciativas próprias de outros, fora do quadro escrito das comunidades mas “*a latere*”. É nesse contexto que devem entender-se o Acordo de Shengen, que prevê a abertura total das fronteiras e uma cooperação acrescida no domínio da segurança interior (de que Portugal é parte), a criação do Eurocorp, embrião de exército comum lançado pela França e a Alemanha e a que já aderiram a Espanha e a Bélgica; e mesmo a declaração feita no Tratado de Maastricht pelos Estados-membros, que também são membros da UEO, no sentido de que esta organização de defesa deverá integrar, no futuro, a organização de defesa da União Europeia.

No que respeita à moeda única, tendo o Reino Unido optado por reservar o direito de aderir ao sistema sem se comprometer a fazê-lo, o problema dos outros Estados não será tanto o da vontade de aderir mas o de cumprir as condições que para isso foram estabelecidas (limites estritos em matéria de déficit público, de dívida pública, de taxa de juro e de inflação e taxas de câmbio). De qualquer forma o mecanismo do Banco Central Europeu e do Sistema Europeu de Bancos Centrais está em marcha e tudo indica que o *euro*, nome escolhido para a moeda única, verá a luz antes do fim do século.

Do que acabo de expor resulta como visão global que a União Europeia é uma entidade economicamente integrada e a caminho duma integração avançada em termos políticos, sociais e de defesa e segurança, tendo-lhe sido

atribuídas ou estando em vias de o ser largas competências que tradicionalmente relevam da soberania dos Estados.

O balanço da presença de Portugal na União, mesmo que nem tudo sejam rosas, não pode deixar de reconhecer-se positivo. O crescimento econômico nos últimos dez anos foi notável, em grande parte graças aos fundos estruturais europeus; acelerou-se a formação profissional dos portugueses em geral; melhorou-se o conhecimento dos mercados e incrementou-se o comércio intracomunitário; modernizaram-se procedimentos administrativos e adotaram-se muitas regras comuns; apreenderam-se métodos de gestão mais eficazes; ganhou-se uma maior consciência dos problemas ambientais; etc. Restará ainda melhorar o sentido de responsabilidade de alguns atores políticos e econômicos, designadamente a sua sensibilidade aos problemas da solidariedade social e segurança no trabalho, o sentido do investimento socialmente útil, o rigor na utilização dos fundos e o combate a uma certa propensão para o lucro fácil e sem risco.

Seja qual for o desenho constitucional que esta União venha a revestir, nunca foi posta em causa a identidade e diversidade cultural dos povos que a compõem e que constituem a sua riqueza humana. A União é mesmo um meio de expansão das culturas e de intercâmbio cultural no dia-a-dia. Cada vez mais os povos se sentem menos estranhos entre si, e as tradições das diferentes Nações começam a tornar-se conhecidas do grande público: um nórdico já se habituou ao caráter expansivo e alegre dos latinos, e estes começam a perceber um certo rigor de costumes do Norte, ligado sem dúvida a fatores não apenas climáticos. Até agora a União tem funcionado com todas as línguas oficiais dos Estados-membros, mas nem por isso deixou de reconhecer e incentivar o conhecimento das línguas minoritárias. A Comunidade possui o mais vasto serviço de tradução e interpretação do mundo, podendo em certas reuniões utilizar-se um número de combinações que ultrapassa a centena. Esta realidade, por vezes criticada por razões econômicas, é o reflexo da igualdade dos Estados-membros e representa a vontade política de respeitar as línguas nacionais.

No plano cultural a União não tem como efeito necessário fazer uma normalização das culturas e muito menos uma amálgama incaracterística de costumes ou tradições. Há naturalmente que desenvolver, até em vista à sua irradiação para o exterior, os sinais característicos da cultura europeia, aqueles que representam um denominador e uma herança comum das grandes civilizações que ao longo dos milênios aqui se desenvolveram. Mas as especificidades de certas nações, e até de certas regiões, mantêm-se e têm mesmo uma oportunidade nova de se desenvolver num espaço maior e mais aberto. O plurilinguismo tende a desenvolver-se pelo simples incremento dos contatos de toda a natureza: comércio, turismo, divulgação de produtos audiovisuais, etc.

A União Europeia organizou programas específicos para incentivar trocas de natureza cultural: os programas Erasmus e Língua, entre outros, permitem hoje a camadas importantes de cidadãos europeus estudar noutro país ou aprender outra língua.

Mas é necessário que as próprias pátrias linguísticas desenvolvam os seus próprios esforços, até porque as línguas e culturas ultrapassam os limites

geográficos da Europa e estendem-se por zonas de influência a todos os continentes. Se tivermos de citar um exemplo, não podemos deixar de referir o formidável esforço da França na divulgação da sua língua e cultura, por todos os meios: cooperação em áreas de educação, centros culturais em todo o mundo, difusão de programas audiovisuais e um decisivo apoio à produção de cinema de língua francesa. Não é por acaso que este último é hoje a única exceção ao domínio quase absoluto do cinema americano.

Portugal não pode certamente ter uma ambição equivalente, já que lhe faltam os meios e mesmo a capacidade de criação em quantidade de produtos culturais. Mas o problema põe-se no nosso caso em termos diferentes: o português é a língua oficial de sete países com um total de perto de 250 milhões de habitantes, a que acrescem comunidades importantes de língua portuguesa em vários continentes. É absolutamente indispensável que estes povos multipliquem as trocas culturais e divulguem a sua língua. Face a esta necessidade vital parecem secundárias certas questões de purismo suscitadas aqui e ali. Portugal tem todo o direito (e dever) de cuidar da sua matriz linguística; mas a realidade aconselha a que não se feche numa atitude isolacionista e integre as evoluções nascidas do contato com outros povos que falam e enriquecem a língua. É necessário reconhecer que o português é hoje mais influente no mundo por mérito do Brasil. As extraordinárias potencialidades de expansão cultural da pátria irmã são hoje a melhor garantia de divulgação da língua comum: a música brasileira é universal e as palavras que a acompanham são português; um dos maiores grupos de produção e divulgação audiovisual em todo o mundo é brasileiro e os seus programas, em português, são exportados para todos os continentes.

Também os países africanos lusófonos têm o seu papel a desempenhar na divulgação da língua e cultura comuns. Se estes países têm hoje graves dificuldades económicas, nem por isso devem ser abandonados à sua sorte: tratam-se de países com forte crescimento demográfico e com potencialidades de virem a exercer grande influência nas suas zonas geográficas. Os esforços de cooperação comuns passam, a meu ver, por ações de natureza diferente: enquanto que entre Portugal e o Brasil o vetor principal da ação será a produção comum de instrumentos culturais (livros, cinema, espetáculos ao vivo, produção de programas audiovisuais), entre estes dois países e os estados africanos deve insistir-se numa cooperação generosa ao nível da educação, de apadrinhamento de iniciativas culturais balbuciantes, de fornecimento a baixo preço (subsidiado) de materiais escritos, de programas, abdicando-se eventualmente de direitos de autor, e o apoio aos órgãos de comunicação locais.

A Europa não constitui um obstáculo mas um caminho para a expansão da nossa cultura comum. Assim possamos pôr-nos de acordo entre nós, lusíadas, e encontrar o "engenho e a arte" de nos fazermos conhecer e apreciar pelos povos com quem o povo português partilha já a cidadania europeia.